

Produzir

O amadurecimento do agro



Cesário Ramalho da Silva*

O ATO público em defesa da revisão do Código Florestal realizado pelos produtores rurais, em Brasília, no começo de abril, foi claro exemplo de amadurecimento do setor.

Foi uma manifestação democrática de *lobby* sadio em que, além dos produtores, parlamentares, como os líderes da Frente Parlamentar da Agropecuária, lembrados aqui pela pessoa do deputado Moreira Mendes e a corajosa senadora Kátia Abreu, merecem os parabéns.

Pelo seu sucesso, a iniciativa certamente pode ser replicada para outras demandas do agro, como, por exemplo, legislação trabalhista, comércio exterior, carga tributária, infraestrutura e Seguro Rural, entre outras.

Com um discurso focado no interesse público, objetivo, sóbrio e uniforme, os produtores conseguiram mostrar à sociedade a importância para o Brasil da mudança do Código Florestal.

Como reiteradamente assinalamos, o que se pretende com a revisão da lei é regularizar produções centenárias consolidadas, que foram desenvolvidas segundo as leis vigentes em suas respectivas épocas. E que, em seguida, um novo marco regulatório equilibre atividade rural e proteção ambiental, de modo técnico, livre de ideologias.

Matérias que repercutiram o ato público foram positivas. Numa leitura crítica do que saiu na mídia, parece que, finalmente, a imagem do produtor como vilão do meio ambiente começa, mesmo que de maneira embrionária, a se dissipar. E isso é fruto da homogeneidade de pensamento que ganhou musculatura no agro.

O setor rural é heterogêneo, mas deve trabalhar suas diferenças de forma interna. Para além das suas fronteiras, o agro tem de ter e expressar um posicionamento único.

O ato público culminou com reunião entre o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), parlamentares e lideranças rurais. Ao final do encontro, o presidente da Câmara declarou que “o Código Florestal será votado assim que a comissão de negociação [criada por ele] obtiver consenso – na maioria dos pontos – para levar a proposta a plenário”. “Nossa intenção não é apenas colocar em pauta, mas aprovar o texto do novo Código Florestal. Minha expectativa é

aprová-lo o mais rápido possível”, disse Maia.

Por outro lado, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, esteve no mesmo dia na Câmara e falou da possibilidade de estender o prazo do decreto presidencial, que vence em 11 de junho, para que os produtores façam a averbação da Reserva Legal.

Para a Sociedade Rural Brasileira, isso seria, nada mais, nada menos, uma medida paliativa. A prorrogação do decreto passa a mensagem-chave que, no fundo, ainda não há consenso em torno de uma nova proposta, diferentemente do que afirmou a própria ministra dias antes em reunião do Conselho de Agronegócios da Fiesp.

Na ocasião, a ministra Izabella assinalou que entre Executivo e Legislativo havia praticamente 97% de consenso em torno de uma proposta de reforma da lei.

A realidade é que esta indefinição reforça ainda mais a insegurança jurídica para o produtor rural. Entendemos que é urgente e necessária a votação do novo Código Florestal.

Produção rural e meio ambiente não podem continuar reféns de um código que na prática não atende nem à produção agropecuária e sequer à proteção ambiental.

Ao encampar a necessidade de alterações no código, os produtores rurais querem somente o respaldo jurídico para produzir sob o arcabouço de uma nova lei que proteja recursos naturais sem tolher a atividade rural, estratégica para o desenvolvimento do Brasil.

Diante da manifestação dos produtores, o governo federal assumiu uma postura mais proativa na questão e designou a Casa Civil para mediar as negociações entre os ministérios da Agricultura Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e o do Desenvolvimento Agrário em torno de uma nova proposta.

A Rural tem a expectativa de que, com a mediação da Casa Civil, finalmente haverá o consenso em torno de uma proposta que atenda a legítimos interesses, tanto econômicos, quanto ambientais. E caberá ao Congresso Nacional dar seu parecer acerca desta nova proposta. ■

*Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)